

SESSÕES DO PLENÁRIO

35ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 15 de abril de 2015.

PRESIDENTE: DEPUTADO ROBERTO CARLOS (AD HOC)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Antônio Henrique Júnior, Augusto Castro, Bira Corôa, Bobô, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Eduardo Salles, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Herzem Gusmão, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, Jânio Natal, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Luiza Maia, Marcelino Galo, Marcell Moraes, Marcelo Nilo, Marquinho Viana, Neusa Cadore, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Pedro Tavares, Roberto Carlos, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Soldado Prisco, Targino Machado, Vando, Zé Neto, Zé Raimundo e Zó. (49)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Leitura do expediente.

OFÍCIOS

Do Deputado José de Arimatéia comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente na Sessão do dia 26/03/2015.

Do Presidente da Câmara Municipal de Paulo Afonso encaminhando cópia da Moção de Congratulações ao Excelentíssimo Senhor Josias Gomes pela investidura no cargo de Secretário de Relações Institucionais do Estado da

Bahia, de autoria do Vereador Regivaldo Coriolano da Silva e aprovada por unanimidade na Sessão Ordinária.

Do Presidente da Câmara Municipal de Santo Amaro, Vereador Luciano dos Reis Caldas, encaminhando a cópia da Moção de Pesar pelo falecimento do insigne brasileiro Zezéu Ribeiro, ocorrido no mês de fevereiro/2015.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Pequeno Expediente.(**Oradores inscritos**)

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Eduardo Salles, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. EDUARDO SALLES:- Prezado presidente, prezados colegas deputados, venho a esta tribuna, hoje, para conversar novamente com V.Ex^{as} sobre o Vale do São Francisco. Ontem, estive em Brasília numa audiência com o ministro da Integração Nacional, numa audiência com o presidente da Codevasf e, depois, numa videoconferência, na qual tivemos a participação do presidente da ANA – Agência Nacional das Águas, do presidente da Chesf e de todos os órgãos envolvidos na questão dos recursos hídricos do Vale do São Francisco.

Primeiramente, quero dizer a V.Ex^{as} o que é o Vale do São Francisco. O Vale do São Francisco, hoje, representa 1,2 milhões de empregos, dos quais 240 mil são gerados nos 120 mil hectares irrigados e 960 mil são indiretos, gerados em razão da fruticultura irrigada. Esses são dados da Embrapa. A região tem um PIB de R\$ 2 bilhões. O Brasil é o terceiro maior produtor de frutas do mundo, sendo que aquela é a maior região produtora. Daquela região saem 100% das exportações de uva e 85% das exportações de manga.

Então, essa região, que é importantíssima para as economias baiana e nordestina, passa por um momento muito difícil. Temos, hoje, 17% da capacidade de água no Lago do Sobradinho, 3º maior lago artificial do mundo. Por que temos um momento muito difícil? Porque até setembro, simplesmente, a tendência, se permanecerem esses volumes de entrada e de saída do lado, infelizmente, é o Lago do Sobradinho secar e termos de entrar no volume morto.

A preocupação é eminente, e é importante que todos nós, deputados, estejamos atentos a esse problema e a gravidade dessa situação. Em razão disso, a Codevasf fez um estudo. São 25 captações a montante e a jusante do Lago do Sobradinho que estarão prejudicadas nesses projetos de irrigação. No que diz respeito a essas captações, foram feitos projetos para que, em setembro, quando entrarmos no volume morto, os flutuantes já estejam construídos e esse estresse hídrico não aconteça.

Só para se ter uma ideia, V.Ex^{as}, um hectare de fruticultura irrigada custa R\$ 70.000,00 para ser implantado e gera R\$ 100.000,00 de faturamento anual. A situação é, realmente, dramática!

A nossa visita, ontem, a nossa audiência com o ministro da Integração, que contou com a presença de diversos prefeitos, a exemplo de Wilson, do município de Santana, de Eures, de Bom Jesus da Lapa, de Carlinhos, de Curaçá, de Oberdan, de

Barra do Choça, e de Zequinha, prefeito de Paratinga, e do vereador de Sobradinho, Jarques Canturil, teve uma representatividade muito importante de toda a região. Todos esses prefeitos, junto comigo e com o deputado Mário Negromonte Júnior, foram a essa audiência para sensibilizar o ministro da Integração sobre a gravidade da situação e da emergencialidade da liberação dessas verbas para a construção, imediata, desses flutuantes. O valor estimado pela Codevasf é de R\$ 120 milhões.

Pedimos a ele a inclusão dos projetos Formoso A e Formoso H de Bom Jesus da Lapa, que não estavam inclusos nesse projeto da Codevasf. Também, o município de Sobradinho não estava incluso nesse projeto dos flutuantes. Então pedimos esta inclusão, bem como um estudo das empresas de água e esgoto da Bahia e dos municípios para que, juntamente com a Codevasf, possam elaborar um planejamento de captações para o consumo humano. A preocupação é muito grande para que isso aconteça.

À tarde tivemos uma audiência com o presidente da Codevasf e os diretores, através de uma videoconferência, contando com a presença dos presidentes da ANA, da CHESF, da ONS e as duas superintendências da Codevasf. O objetivo dessa videoconferência era, imediatamente, baixar a vazão, que hoje é de 1.100, e está passando para 1.000 metros cúbicos por segundo; e depois passar para 900 metros cúbicos por segundo, gradativamente. Uma das soluções pautadas é que a vazão de Três Marias, que está montante da vazão de Sobradinho, possa também ser ampliada para que tenhamos uma sobrevida maior e, em setembro, não ocorra o esgotamento total do Lago de Sobradinho. Portanto é importante que todos nós, deputados, estejamos sensibilizados com a importância e a gravidade dessa situação que, volto a dizer, pode desempregar 1,2 milhões de pessoas no Vale do São Francisco...

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Para concluir, deputado.

O Sr. EDUARDO SALLES:- (...) é prejudicar a vida de centenas de outras pessoas. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra a nobre deputada Luiza Maia pelo tempo de até 5 minutos.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, senhores da Imprensa, quero registrar e pedi aplausos para a audiência realizada, hoje pela manhã. Fomos as autoras, a Bancada Feminina e a Comissão dos Direitos da Mulher. Presidimos a audiência junto com a presidente da Comissão das Mulheres, a competente deputada Fabíola Mansur. O tema foi “Assédio moral e sexual no mundo do trabalho” que é importante e fundamental. Depois de todas as falas, presidenta Fabíola Mansur, e tantos registros, vemos a importância de termos rompido determinados tabus, e organizado essa audiência pública, principalmente porque na Bahia, temos um problema sério.

Falar de assédio moral e assédio sexual... Claro que iriam aparecer declarações, como vimos, de pessoas que foram assediadas moralmente e sexualmente. Como por exemplo o caso que envolve o ex-secretário, um promotor de justiça, cujo processo

corre em segredo de justiça. Foram 16 pessoas assediadas! É para ficar, realmente, indignada com uma situação dessa!

Abrir esse tema, deputadas Fátima Nunes e Fabíola Mansur, foi fundamental para nós. Temos que quebrar os tabus e colocar esses assuntos para serem discutidos. Como disse, inicialmente, é um crime silencioso e de certa forma invisível. Mas as vítimas e suas famílias sabem o que é ser assediado moralmente e sexualmente.

O caso do ex-secretário e promotor Almiro Sena não poderia deixar de aparecer. Foram 16 mulheres assediadas por ele. Destas, dez denunciaram, duas desistiram achando que não daria em nada, mas oito seguem firmes, e disseram que vão até o final para condená-lo. Se diante dessa situação não houver condenação, é um absurdo!

Estamos com duas situações semelhantes: o assédio moral do ex-secretário, Almiro Sena; e a questão da banda New Hit.

Quero fazer um apelo a esta Casa, para que a Assembleia Legislativa nos ajude nesse debate. Não é possível que a mulher, no Brasil e na Bahia, seja violentada, desrespeitada na música, nas piadas, na novela, na publicidade. Agora, há o assédio moral. Esse é um tema importante e precisamos desenvolver campanhas educativas, porque criminoso desse tipo, traficante de ser humano, estuprador, assediador moral e sexual, à medida que você escancara a ideia e conscientiza as pessoas para saberem enfrentar e nunca terem de passar por isso, como foi o lema da nossa audiência, acho também que eles vão se afugentando e se acovardando em ter esse tipo de prática.

Então, quero deixar registrada a minha satisfação. Tivemos figuras importantes presentes lá, como a Dr^a Márcia Teixeira, promotora de Justiça que coordena no Ministério Público o Gedom, Grupo de Atuação Especial em Defesa da Mulher; a Desembargadora Dr^a Nágila Brito, Coordenadora da Coordenadoria da Mulher no Tribunal de Justiça; a nossa defensora pública Eva Rodrigues, representando o defensor público geral, Dr. Clérison; a secretária estadual de Políticas para as Mulheres, nossa querida Olívia Santana; a coordenadora do Centro de Referência da Mulher Policial Militar, o Centro Maria Felipa da PM/BA, a nossa capitã Edilânia; e a superintendente de Apoio e Defesa dos Direitos Humanos da Secretaria de Justiça, representando o secretário Geraldo Reis.

Achei essas presenças fundamentais a uma audiência duma força muito grande. Claro, obviamente nos emocionamos com os depoimentos, como o da nossa advogada, a Dr^a Cristina Lima, que acompanha o caso dessas meninas. A gente sabe que o criminoso está aí com um grande advogado criminalista, mas quero fazer um apelo para que esta Casa nos ajude a fazer pressão.

Inclusive solicitamos uma audiência com o presidente do Tribunal de Justiça da Bahia para que também discutamos com ele. Não só a Bancada feminina como a Comissão dos Direitos da Mulher e quem mais nesta Assembleia quiser participar, junto conosco, dessa pressão para que realmente esse criminoso seja punido, assim como os criminosos estupradores da banda New Hit.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o nobre deputado Luciano Ribeiro, de Caculé para Salvador, a Bahia e o Brasil.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, funcionários desta Assembleia, imprensa presente, pessoal das Galerias, telespectadores da *TV Assembleia*, venho a esta tribuna inicialmente apresentar uma Moção de Pesar pelo falecimento de Dom Alberto Rezende, bispo diocesano do município de Caetité que faleceu aos 88 anos em Uberaba. Em Caetité prestou relevantes serviços durante 22 anos. Seu corpo está sendo velado hoje naquela cidade, onde será sepultado.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, tenho ouvido uma discussão constante neste Parlamento sobre a situação da Saúde em nosso Estado. E uma das razões, um dos argumentos que usam os que defendem a política adotada pelo governo são de que, com a implantação dos Consórcios Municipais de Saúde, estaríamos resolvendo esses graves problemas.

Quero dizer que muito à vontade aqui estou, porque sou um municipalista convicto, defensor e entusiasta dos consórcios municipais. Inclusive, como presidente da Associação Regional de Municípios, a Amavale, tive a oportunidade de levar o então secretário do governo Wagner e hoje governador Rui Costa a um seminário na cidade de Caetité, sede dessa nossa entidade, para ali apresentar a ele, a senadores e deputados as vantagens, os benefícios e as soluções que são os consórcios municipais.

Portanto, repito, estou muito à vontade nesta tribuna para falar deste assunto. O que me deixa de certa forma, deputada Fabíola, preocupado é que o modelo que está sendo adotado na Bahia, embora tenha tido êxito no Estado de Ceará, tem sido adotado de forma imposta sem que uma discussão maior tenha passado pelos municípios.

É certo, compreendo e entendo que devemos partir, sim, de algo que já dê certo, de um ponto inicial. Mas é preciso, ainda que seja exitoso aquele projeto, que ele seja adaptado a situações locais, porque não podemos considerar o o Ceará e a Bahia como estados com características idênticas e situações iguais, nos quais se possa implantar um projeto e um programa de forma sequer conversada e negociada com os municípios.

Pelo que sei o representante do governo esteve nesta Casa, na Comissão de Saúde, para apresentar uma solução já pronta. Também esteve na UPB para apresentar uma solução já pronta. Inclusive os próprios projetos de lei a serem enviados às Câmaras Municipais já foram feitos, elaborados pelo Governo do Estado sem uma discussão maior com os municípios.

Preocupa-me ainda muito mais a questão financeira pela qual passam os municípios, que desde 1988 vêm recebendo encargos que são próprios dos governos estaduais e federal. Desse modo, os municípios a cada dia passam por mais dificuldades e assumem essa circunstância sem terem condições para tal.

Nesses consórcios, preocupa essa questão financeira, porque vão ficar como os demais programas assumidos pelos municípios, sem a garantia dos repasses serem fieis e pontuais, de acordo com as necessidades dos municípios.

É essa discussão que nós deputados devemos e precisamos ter aqui, para podermos, então, melhorar o que aí está posto, discutir o que aí está e adaptar para as realidades e situações da nossa Bahia.

Muito obrigado a todos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Convido o nosso amigo deputado Aderbal Caldas para falar pelo tempo de até 5 minutos. Se precisar de mais tempo, deputado, V.Ex^a tem crédito suficiente para passar do seu horário.

O Sr. ADERBAL FULCO CALDAS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, povo das Galerias, amanhã, dia 16, o nosso saudoso Francisco José Pinto dos Santos, Chico Pinto, faria 85 anos, se vivo fosse. E ele é alvo de todas as nossas homenagens. Dentre todos os brasileiros que se destacaram no combate aos governos revolucionários, Chico Pinto foi o maior dentre eles, foi o intrépido guerreiro.

Lembro-me de um discurso que ele fez, quando foi aparteado pelo Dr. Lomanto Júnior, então deputado federal. Este disse que Chico Pinto procurava ver as coisas turvas, para não dizer negras, mas que o governo brasileiro era um governo democrático e se pautava de acordo com a nossa índole de povo cristão.

Chico Pinto, respondendo, disse o seguinte: “Eu pediria aos Srs. Deputados que estão enfileirados para apartear-me marcando pontos com o governo, que fossem breve, porque não tenho como ampliar o tempo nem diminuir o meu discurso. Mas, respondendo ao nobre deputado Lomanto Júnior, ex-governador da Bahia, que afirma que vivemos num regime democrático, eu pergunto a quem serve esta democracia? Aos militares que desejam as coisas certas, que são nacionalistas e têm a sua carreira estagnada? Aos estudantes? Aos intelectuais, que são castrados na sua criatividade, no seu poder de escrever? A quem serve? A ninguém.

Então, esta democracia à brasileira, a que o nobre deputado Lomanto Júnior se referia, só podia assemelhar-se à constituição das Ordenações Filipinas. Lá dizia o seguinte: 'A lei, pelo Rei feita, a ele não o obriga, a não ser que, por mera equidade, queira ele a ela submeter o poder real.’”

Já em outra oportunidade, quando da visita do general Augusto Pinochet ao Brasil, Chico Pinto fez um brilhante discurso e fora, por isso, processado. Ele disse o seguinte.

(Lê) “Sr. Presidente, está visitando o nosso País aquele que traiu o povo a que pertence e a farda que o agasalha. Se aqui houvesse liberdade e o povo fosse livre, manifestaria, nas ruas, a ira santa contra o mais truculento dos personagens que esmagaram povos na América Latina...”

Ele terminava o seu discurso com as seguintes palavras.

“(...) Fiquem sabendo, Sr. Presidente, que os anticristãos, de lá e de cá, os que traem a pátria lá e aqui, mais cedo ou mais tarde terão uma pena a purgar e a cumprir.”

Quando depois os jornais noticiaram que ele seria indultado, ou seja, estava incluso no indulto de Natal, ele fez uma carta digna de admiração e independência.

Ele escreveu, mais ou menos, o seguinte.

(Lê) “Exmº Sr. Presidente da República General Ernesto Geisel,

Noticiaram os jornais, e notícia não desmentida por V.Exª, que eu serei incluído no decreto de indulto assinado por V.Exª. Peço a V.Exª a sustação de qualquer medida que venha a beneficiar-me. Dispensio sem arrogância, até com humildade, mas com a firmeza de quem se move na luta política por convicções patrióticas.

As verdades que disse, só não as enxerga aqueles que temem a fidelidade das palavras e não têm olhos para as verdades mais claras. Eu prefiro ser punido hoje por V.Exª por dizer a verdade do que ser punido pela história, amanhã, por não ter tido a coragem de dizer a verdade.”

Foi isso o que afirmou o nobre deputado Chico Pinto, aquele bravo e valoroso brasileiro que, com a coragem desmedida, com o verdadeiro amor à pátria, defendeu, com ardor, com coragem e com brio, a pátria brasileira. Portanto, o seu nome não pode ser esquecido e o seu exemplo deve ser seguido.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra deputada Fabíola Mansur. A grande expoente foi destaque no Parlamento municipal de Salvador e, hoje, é destaque no Parlamento baiano, ou seja, na Assembleia Legislativa. V.Exª terá 5 minutos para falar.

A Srª FABÍOLA MANSUR:- Muito obrigada, presidente, por carinhosas palavras. Boa-tarde a todos os nobres deputados e deputadas, membros das Galerias, imprensa.

Antes de abordar o assunto que me traz aqui, quero fazer uma referência ao colega que nos antecedeu a respeito, mais uma vez, do consórcio de saúde que não foi apresentado pelo Estado como uma única solução para a saúde, porém, uma ferramenta.

Sou municipalista também. Entendo a área da saúde como complexa e, por isso, requer soluções múltiplas. O modelo adotado em Fortaleza foi modificado ao incorporar algumas coisas que, lá, ainda não foram realizadas como a revisão da PPI que garantirá recursos para o consórcio, a possível incorporação do SAMU e das UPAs dentro deste consórcio, deputado Joseildo, a fim de fortalecer a saúde na região.

Discordo de que não está havendo diálogo, deputado Aderbal Caldas – que também tem uma atuação na região de Irecê e João Dourado. Encontraram-se, com o secretário Fábio Vilas-Boas, os secretários de Saúde da antiga 21ª Dires, exatamente para debater a questão da implantação defendida por nós em Irecê. Como município-polo, entre aqueles 21 municípios, obviamente, cabe o diálogo, cabem sugestões, há debates com a presença da Comissão de Saúde...

Estive em Irecê e os deputados Augusto Castro e Herzem estiveram em Itabuna, debatendo o consórcio. Cabem sugestões para esse processo, as quais foram feitas pela Comissão de Saúde. Por exemplo, a integração do serviço do exame de

ressonância magnética, a possível substituição do serviço de fisioterapia, que requer um custo grande para reduzir ou talvez diminuir a participação da clínica médica, uma vez que o Programa Saúde da Família, nos municípios, já contempla um pouco isso.

Deputado Luciano, acho que esta Casa tem o dever também de sugerir melhorias no modelo que foi usado em Fortaleza. Contudo, esse modelo não tem como objetivo representar a única solução para a saúde, mas apenas uma resolução que vai, na média e alta complexidade, preencher um vazio assistencial.

Outro assunto que me traz aqui é o mesmo que a deputada Luiza Maia fez menção. Parabenizo a comissão e a Bancada feminina pela realização da audiência sobre assédios moral e sexual. Quero dizer que o importante é o desdobramento, deputado Herzem, isto é, rompermos o silêncio para denunciar, criarmos uma rede de apoio às mulheres vítimas de assédios moral e sexual, inclusive, nas instâncias de poder, como foi o caso na Secretaria de Direitos Humanos.

Deputado Sandro Régis, há pouco falava com V.Ex^a e com o deputado Zé Neto para aprovarmos, em condição de urgência, um projeto de lei cuja minuta foi sugerida pela promotora Márcia Teixeira, criando uma lei que veda o assédio moral no ambiente público, determinando multas e penalidades, coisa que já existe em outros estados. Sei que o deputado Zé Neto, Líder da Bancada de governo, e V.Ex^a, Líder da Minoria, com aquiescência da Mesa e do presidente desta Casa, saberão colocar esse projeto que será gestado, efetivamente, até o fim desta semana, para votação.

Fora isso, quero registrar a presença da nossa secretária de Políticas para Mulheres, Olívia Santana, militante histórica do Movimento de Mulheres, do Movimento Negro, que também vai se incorporar. Quer dizer, nós nos incorporaremos à luta, aos desafios de fazer o enfrentamento da violência contra a mulher em todos os espaços de poder.

No início de maio, em breve, estaremos com a secretária Olívia para ela apresentar o planejamento estratégico daquela secretaria. Na Comissão de Mulheres, Sr. Presidente, já há indicações que estão na Mesa Diretora: a criação do Fundo Estadual de Combate à Violência e a criação de uma política de cotas para mulheres na admissão de servidores na administração pública direta e indireta.

Creio que a bancada das sete mulheres, hoje, ao debater um tema de assédios moral e sexual, faz encaminhamentos sérios com proposição de leis, com criação de rede de apoio, com criação de cartilhas, com criação da ouvidoria, deputada Fátima Nunes, que já havia sido aprovada na Comissão de Mulheres. Estamos esperando as ferramentas para implantá-la. Criaremos aqui, na Casa do Povo, mais uma casa de apoio a mulheres vítimas dessa violência psicológica, sistemática e muitas vezes constrangedora, que humilha e cria um ambiente discriminatório e indigno no mundo do trabalho.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o nobre deputado

Joseildo Ramos, grande deputado da terra de Alagoinhas, terra da cerveja. V.Ex^a dispõe de 5 minutos, mas, se for necessário, V.Ex^a terá um acréscimo bom.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, aqueles que nos ouvem e nos assistem, imprensa aqui presente, tivemos hoje uma movimentação importante e que deve, necessariamente, reverberar nesta Casa, que foi a posição sistemática da representação dos trabalhadores que se manifestaram em todos os Estados deste País, numa posição firme e contrária à desregulamentação do mercado formal de trabalho em nosso País. A dimensão dessa atitude sistemática que ocorreu hoje em todo o País marca profundamente, aliás, demarca uma posição clara e inequívoca de que não aceitamos a desregulamentação do mercado formal de trabalho em nosso País.

A terceirização abriga a necessidade acessória, coadjuvante, subsidiária das relações de trabalho. A terceirização jamais pode ser tida como regra. E o Parlamento brasileiro nos seus três níveis, em âmbito municipal, estadual e federal, precisa se debruçar, aí sim, para trazer ao olhar da modernidade a CLT que tem mais de 70 anos. Ajustá-la à atual conjuntura, à modernidade das relações entre o capital e o trabalho em nosso País, mas jamais ferir de morte conquistas históricas no ambiente do trabalhador brasileiro, sua representação sindical e os seus interesses maiores.

É a renda do trabalho que está em perigo; é a segurança do trabalho que está em perigo; é a quantidade de horas trabalhadas sem a necessária condição de respeito no ambiente laboral.

E nós estamos convidando, mais uma vez, o conjunto desta Casa, para uma discussão no dia 24 deste mês, às 9 horas, no auditório do anexo Jutahy Magalhães. Teremos a presença do relator da matéria, o deputado federal Arthur Maia. Convidamos boa parte dos deputados federais baianos que apoiaram essa excrescência que vai contra o interesse maior da sociedade brasileira.

É nesta Casa que o bom combate, o bom debate deve se instalar, a boa discussão com o devido aprofundamento. É preciso que nós não fiquemos à margem dessa discussão. A mobilização dos trabalhadores em todos os estados, em centenas de cidades, certamente chamará a atenção para esse ataque frontal àquilo que é mais caro no ordenamento jurídico das relações de trabalho em nosso País: a terceirização pela terceirização do trabalho.

Os trabalhadores poderão mudar de regime, deputada presidente, sem nenhum aviso. Não há mais necessidade dos pilares de sustentação da democracia; da impessoalidade do trato da gestão pública e da gestão do trabalho; o acesso democratizado, através de concurso público, a meritocracia, tudo isso será tragado pela sanha absurda do lucro pelo lucro.

O que estamos assistindo neste momento grave de tencionamento da política neste País é um golpe, profundo golpe do interesse maior da sociedade brasileira e em especial dos quase cinquenta milhões de trabalhadores do mercado formal de trabalho do nosso querido País.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes)- Com a palavra o deputado Pedro Tavares pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. PEDRO TAVARES:- Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, Sr^a Presidente Fátima Nunes, na última semana o governo Rui Costa completou 100 dias. Cem dias, infelizmente sem avanço. Pode-se observar a questão da Segurança Pública no nosso Estado. Avançou? Não avançou. Pode-se observar também a questão da saúde pública no nosso Estado. Avançou? Também não avançou. Pode-se observar a questão da educação, que também não avançou. É um governo de continuidade. É um governo que continua igual ao governo anterior. É um governo que dá continuidade aos erros e as dificuldades do governo anterior. É o governo que agora diz que não pode fazer por causa da crise econômica. Por causa da crise econômica? Eu pergunto a vocês: qual era o governo anterior? Os oito anos atrás, os oito anos que se passaram foram governados pelo PT, cujo governador era homem forte nos dois governos anteriores do PT. E eu pergunto a vocês: é ou não é um governo de continuidade?

Se a Bahia não está preparada, deputado Carlos Geilson, para... A crise econômica que aí está é por causa da gestão do PT. Se não estão preparados para debelar essa crise, para conviver com a crise, é por causa da questão dos oito anos do PT, porque é um governo de continuidade. E, aí, meu caro deputado Vando, eu pergunto: V.Ex^a que conhece tão bem o nosso Estado, basta andar pelo Estado da Bahia para se preocupar... Porque o Estado da Bahia, deputado Vando, virou um Estado de obras paradas, ou, então, um Estado de obras que não saem, deputado Carlos Geilson, do papel.

Eu queria nominar aqui algumas obras que estão paradas tais como a famosa ponte Ilhéus/Pontal. Antes da eleição foi lançada a ordem de serviço, criou-se uma expectativa muito grande na população ilheense, e a ponte, deputado Vando, está lá parada. Ninguém sabe quando vão ser retomadas essas obras. A questão das estradas baianas, eu que tenho constantemente cobrado a celeridade ou a retomada das obras das estradas baianas... Cadê as estradas? Eu falei aqui recentemente da BA-156 que liga o entroncamento de Caturama até o município de Botuporã. Cadê essa estrada, deputado Jânio Natal? Encontra-se parada. Antes da eleição, eram máquinas, trabalhadores, a obra andando a todo vapor, mas agora está parada.

E as obras que não saem do papel? Várias e várias obras que só existem no papel, deputado Vando. A questão da ponte Salvador/Itaparica. Cadê essa ponte? Alguém do governo pode-me dizer quando vai começar, quando vai terminar, quando vai ser a conclusão? Ninguém sabe, deputada Luiza Maia?

A questão do Aeroporto Internacional de Ilhéus: foi tanta propaganda, criou-se também uma expectativa na população ilheense, na população do sul da Bahia, e ninguém sabe quando vai começar esse importante Aeroporto de Ilhéus.

Faço questão de frisar, deputada Fátima Nunes, que sou a favor do desenvolvimento da Bahia, que sou a favor de que essas obras sejam retomadas ou que saiam do papel. Quero lembrar mais uma aos deputados aqui presentes e à imprensa: o Porto Sul. Cadê o Porto Sul? Só existe na propaganda do governo do PT.

É isso que quero deixar para o governo do Estado esclarecer. Queria fazer esta

pergunta ao governo estadual: quando serão retomadas diversas obras que se encontram paralisadas no nosso Estado? E quando sairão do papel também diversas obras que se encontram só no papel, mas infelizmente não saem disso?

Quero que essas obras se transformem em realidade para trazer desenvolvimento para a nossa querida Bahia.

Muito obrigado, minha nobre presidente, deputada que honra o sertão da Bahia, Fátima Nunes.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Com a palavra o deputado Carlos Geilson.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr^a Presidenta, Srs. Deputados Vando, Jânio Natal e Pedro Tavares, Srs. da Imprensa, quero abraçar o meu querido amigo Tasso Franco, que fez uma explanação brilhante sobre os 100 dias do governo Rui Costa. Contudo, quero aproveitar e fazer um contraponto em cima do que disse o jornalista Tasso Franco sobre os 100 dias do governo Rui Costa. Na realidade, não são 100 dias. São 8 anos e 100 dias.

Com 100 dias apenas não dá para se fazer uma avaliação mais aprofundada do governo. Não seria eu, de forma açodada e precipitada, que com apenas 100 dias diria que é um governo ruim, catastrófico e que não disse para que veio. Ainda é necessário que se dê mais tempo para o governo se assentar, e a partir daí colocar em ritmo a administração.

Mas, porém, contudo e todavia, é um governo de continuidade. Até porque, o governador Rui Costa participava do governo como secretário, como homem forte – até dito como um primeiro-ministro.

A situação é que o governador Rui Costa pegou uma bomba chiando, um Estado quebrado. E, por dever e lealdade ao seu padrinho Jaques Wagner, se sente incomodado e numa situação de desconforto em dizer publicamente a situação em que se encontra o Estado. Mas o secretário da Saúde, Dr. Fábio Vilas Boas, não tem poupado críticas à gestão passada, na área de saúde. O que faz muito bem, porque ele pegou uma saúde numa situação muito ruim e delicada, e estão nos seus ombros o peso e a cobrança para as dificuldades que vem enfrentando nessa área.

Está mais do que posto e claro que a situação é: o Estado da Bahia está quebrado. O atual governador tem feito malabarismo para passar esse início de gestão e mostrar que tem, realmente, aptidão, vontade de administrar e capacidade para tal. Mas um fato que está a olhos vistos é a situação de penúria das finanças do Estado da Bahia, e ele fica numa situação desconfortável. Se disser que pegou o Estado falido e quebrado, vai dizer que está sendo ingrato e injusto com seu padrinho.

Calado, ele é conivente com essa situação e vai ter que fritar o porco com a própria banha, ou seja, enfrentar as dificuldades herdadas do seu padrinho. Ou seja, essa é a verdadeira herança maldita.

Por outro lado – nada contra as manifestações. Desde quando o cidadão se ache prejudicado, ele tem mais é que reivindicar e se manifestar. –, é inadmissível que hoje

movimentos organizados contra o PL da terceirização tenham interditado por algumas horas a BR-324, a principal ligação do interior do Estado com Salvador. Logo na saída de Feira de Santana, a BR-324 foi interditada, provocando um verdadeiro caos, um longo engarrafamento. Não satisfeitos, também queimaram pneus.

A interdição também aconteceu na Estrada do Feijão.

Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, não quero entrar no mérito da manifestação. Até porque é muito claro: aquele que se sente prejudicado deve reivindicar e protestar. Mas esse protesto não pode impedir o direito sagrado de ir e vir do cidadão. O que têm a ver com isso aquelas pessoas que hoje foram prejudicadas em seus compromissos? Essas pessoas, com horários marcados, foram impedidas por conta de uma manifestação, com queima de pneus, que interditou a BR. Essa não é a forma de protesto mais justa e legítima. O protesto não pode prejudicar o outro no seu direito de ir e vir.

Quanto ao bojo, quanto à insatisfação, esse é um direito de todo e qualquer cidadão que se achar prejudicado. Ele é que sabe perfeitamente onde o calo lhe incomoda e deve protestar, gritar, espernear, desde quando esse esperneio não prejudique o meu direito de ir e vir – meu e de qualquer outro cidadão que se sinta prejudicado nessa situação.

Milhares de baianos foram prejudicados hoje, pela manhã, no seu direito sagrado de ir e vir porque os manifestantes interditaram a BR-324 e a Estrada do Feijão. E mais que isso: queimando pneus. Essa é uma situação que foge ao controle, e o Estado não deve permitir esse tipo de baderna.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Convido o deputado Carlos Geilson para presidir a sessão enquanto faço o meu pronunciamento.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com muito prazer, informamos a visita de estudantes do Colégio Oficina, do bairro do Pituba. Esta é a Casa do Povo, a Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.

Com a palavra a nobre deputada Fátima Nunes, pelo tempo de até 5 minutos.

A Sr^a FÁTIMA NUNES:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, imprensa, taquígrafas, que desenvolvem o esforço de copiar tudo que vamos falando aqui, alunos do Colégio Oficina, parabéns por virem conhecer a nossa Casa.

Quero registrar, Sr. Presidente, que os escritores, os jornalistas têm o direito de expor suas ideias, sua forma de entender o momento que a sociedade vive, mas muitas vezes também são pegados em algumas contradições. Fui informada, por exemplo, de que um jornalista comentou em um *blog*, em um meio de comunicação, a ausência do nosso presidente Lula, ou a concordância, talvez, do Partido dos Trabalhadores e do governo com esse projeto da terceirização.

Quero, então, deixar registrado que ontem, à noite – está, também, em todos os *blogs* nas redes sociais – o nosso ex-presidente Lula, brilhantemente, estava em um congresso da classe trabalhadora, repudiando e fazendo uma reflexão sobre o que significa esse PL nº 4.330, que retira direitos dos trabalhadores. E afirmou que, em

sendo aprovado, será um prejuízo, porque teremos que trabalhar mais e gastar menos.

Então, é importante dizer que a pauta do dia e da luta dos trabalhadores, do Partido dos Trabalhadores, do nosso presidente Lula, da nossa presidente Dilma, é não retirar nenhum direito dos trabalhadores, e continuarmos constantemente nessa luta para conquistar ainda mais benefícios que ainda faltam para a classe trabalhadora.

Lembro aqui, por exemplo, do projeto que pauta, que assegura o direito das mulheres e dos trabalhadores nos serviços domésticos, que é um projeto de lei que levou muito tempo em discussão, muito tempo para ser aprovado, e ainda estava na pauta para a regulamentação. O projeto parecia estar guardado numa gaveta e esse presidente da Câmara dos Deputados, e uma hora para outra, saca esse projeto de terceirização e vem para a Ordem do Dia para ser aprovado.

Hoje, no Brasil e na Bahia, parabenizamos toda a classe trabalhadora dos diversos sindicatos, dos diversos movimentos, seja da agricultura familiar, seja dos servidores da saúde, da educação, que foram às ruas e disseram “não” à terceirização.

Acredito que os deputados – talvez fechados naquele Congresso, sem olhar o que estavam dizendo as ruas – votaram precipitadamente, de modo que hoje percebo já estão a repensar. Inclusive, votando já o destaque que retira da pauta as atividades-fins.

Mas fiquem sabendo os Srs. Deputados, em Brasília – deputados federais que estão lá com o voto do povo da Bahia, dos grandes centros urbanos, do sertão e do litoral –, que estamos aqui com um cartaz grande, feito pela Central Única dos Trabalhadores, pelos sindicatos de todas as categorias, levando em todas as suas bases e mostrando para o povo brasileiro, para o povo baiano, para o povo do nosso território, quem está querendo que os trabalhadores passem a viver quase sendo escravos. Trabalhando mais, ganhando menos e sem os seus direitos garantidos para o futuro.

Foi assim que a gente conquistou esses direitos. Foi na luta. Nenhum benefício que trabalhador e trabalhadora tem hoje foi pronto, caído do céu; sempre foi com o pé na rua, com a bandeira acenando; sempre foi buscando a solidariedade e a fraternidade entre a classe trabalhadora, mas gritando e exigindo dias melhores para a nossa população.

Quero dizer que o maior e um dos grandes brasileiros, nessa trincheira de luta, o nosso presidente, ex-presidente hoje, Luiz Inácio Lula da Silva, está rente e na frente com a gente para vencer.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. Marquinho Viana:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Questão de ordem do deputado Marquinho Viana, do PV.

O Sr. Marquinho Viana:- Nobre presidente, devido ao horário e à quantidade mínima de deputados, peço a V.Ex^a uma verificação de quórum para continuidade da

presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Esta presidência acolhe com muito prazer a reivindicação de V.Ex^a, e como não há número suficiente de deputados para a continuidade da sessão, declaro-a encerrada.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*